

ESACÇÃO

ESPÍRITO SANTO À FRENTE

ANCHIETA

#EDUCAÇÃOSTRANSFORMA

NOSSA CONTRIBUIÇÃO

Este documento apresenta um consolidado das principais informações e indicadores educacionais do município de Anchieta. A contribuição das cidades para os resultados da educação capixaba é muito alta. Hoje os municípios representam 88% da oferta do ensino público dos anos iniciais, e 66% dos anos finais do ensino fundamental, além de praticamente a totalidade da oferta da educação infantil da rede pública. Debater e pensar propostas para avanços da educação capixaba passam, necessariamente, por melhorias das políticas públicas municipais.

Este material é parte da campanha **#Educação Transforma**, realizada pelo ES em Ação em parceria com as instituições da Rede Empresarial do ES. A partir de evidências e propostas inspiradas em iniciativas de sucesso e estudos, espera-se que seja possível sinalizar sobre a importância de uma educação pública de qualidade, bem como caminhos e soluções potentes para fazer nosso Estado avançar ainda mais.

Foram escolhidos quatro temas para a transformação: Educação Infantil, Alfabetização na Idade Certa, Ensino Fundamental em Tempo Integral e Valorização e Formação Continuada de Professores. Cada um dos temas conta com um diagnóstico e uma análise propositiva com recomendações para os gestores municipais.

Expediente

COMITÊ DE EDUCAÇÃO

Fábio Brasileiro

Luiz Wagner Chieppe

Luciano Gollner

Ayone Sossai

Lara Ghiotto

Polliana Aroeira

PRODUÇÃO

Luciano Gollner

Lara Ghiotto

Diego Cesar

APOIADORES E PATROCINADORES DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO

Vale

Águia Branca

Suzano

Garoto

Sicoob

1. CONTEXTO

A rede municipal de Anchieta está entre as 20 maiores redes do Estado em número de matrículas, e responde por 72% da oferta de matrículas na cidade. De forma geral, as escolas do município possuem Nível Socioeconômico¹ 3, 4 e 5, atendendo em sua grande maioria a alunos com renda familiar de 1 a 3 salários-mínimos.

Em 2017, o município fez adesão ao PAES – Pacto pela aprendizagem do Espírito Santo².

O corpo docente do município é formado por 58% de professores efetivos, e 97% deles contam com alguma especialização.

Em 2019, as despesas líquidas na área de educação foram de R\$ 65,4 milhões. Metade da verba (50%) foi destinada ao Ensino Fundamental.

A cidade conta com um Plano Municipal de Educação desde o ano de 2015. É possível acessar as informações do documento pelo [Sistema Leis Municipais](#).

¹O Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (INSE) é um indicador do INEP que sintetiza informações sobre a escolaridade dos pais e renda familiar variando de 1 a 6, sendo do grupo 1 alunos clarificados nos níveis mais baixo da escala e grupo 6 alunos no níveis mais altos.

²Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES) é uma iniciativa do Governo do Estado que busca fortalecer a aprendizagem na educação infantil até as séries finais do ensino fundamental, através da colaboração entre o estado e as redes municipais de ensino.

³A matrícula total contempla alunos da Educação Básica da rede pública. Disponível na [Sinopse Estatística 2019/INEP](#)

	484 Docentes	36 Escolas	5.345 Matrículas ³
Creche	145	25	837
Pré-Escola	142	28	835
Anos Iniciais	185	30	2.187
Aos Finais	164	9	1.486

2. INDICADORES DA EDUCAÇÃO

Educação Infantil

A Educação Infantil é a etapa da Educação Básica que contempla os seis primeiros anos das crianças. Nessa etapa, a interação e estímulo são fundamentais para o desenvolvimento de competências afetivas, sociais e cognitivas. Estudos mostram que crianças que frequentam uma Educação Infantil de qualidade apresentam melhores resultados em leitura e matemática nos anos posteriores⁵. É importante que haja oferta de vagas acessíveis e de qualidade a todas as crianças, sendo essa uma meta do PNE⁴.

META1 DO PNE⁴

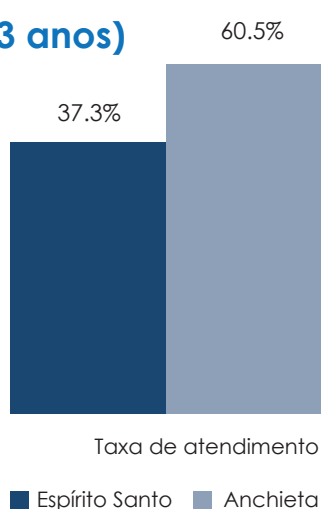
Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

⁴ O Plano Nacional da Educação (PNE) é um documento pactuado em 2014 que previa 20 metas a serem realizadas até 2024.

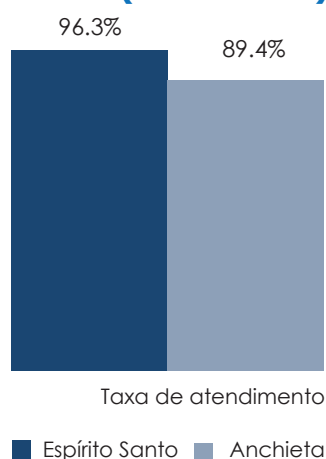
⁵ Taxa de atendimento representa o percentual de crianças que encontram-se matriculadas na escola ou creche da região. Fonte: [Plataforma Primeira Infância Primeiro Municípios – Fundação Maria Cecília Souto Vidigal](#);

Taxa de Atendimento⁵

Creche (0 a 3 anos)



Pré-Escola (4 a 5 anos)



Fonte: Plataforma Primeira Infância Primeiro Municípios – Fundação Maria Cecília Souto Vidigal;

Ensino Fundamental - Alfabetização

O 2º ano do ensino fundamental é o período considerado adequado pela BNCC para a alfabetização das crianças⁶. Isso porque, dos 6 aos 8 anos é a fase na qual a criança estão mais aptas a desenvolver as habilidades de leitura e escrita⁷. Ser alfabetizado na idade certa é fundamental para que a criança aprenda de forma adequada todos os demais conteúdos que serão trabalhados ao longo da sua vida escolar⁷ e essa é uma das metas do PNE.

⁶ O 2º ano é a idade máxima para se alfabetizar as crianças, porém o ideal é que todas sejam alfabetizadas no 1º ano.

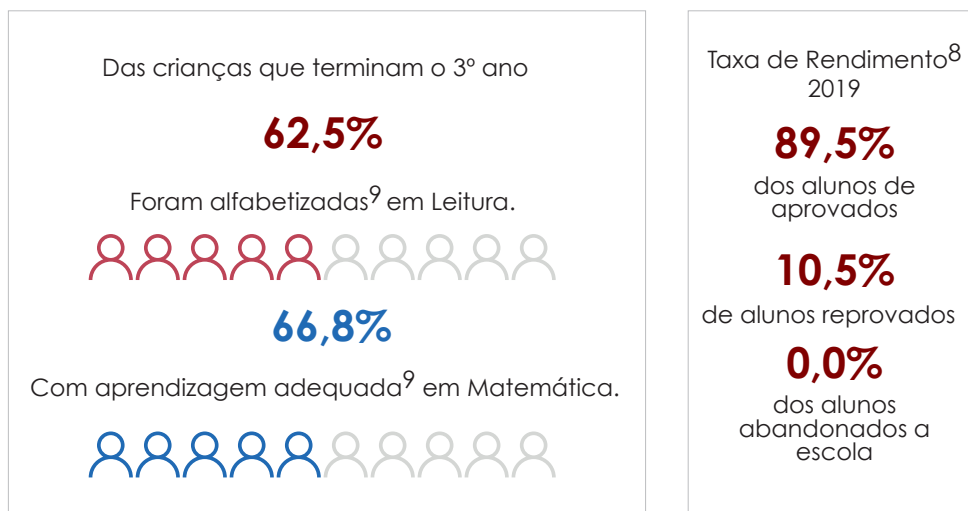
⁷ Na Base Nacional Comum Curricular você encontra mais informações sobre as atribuições de cada etapa; determina;

META5 DO PNE⁴

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.



Aprendizagem



Fonte: Taxa de Rendimento 2019 e Resultado SAEB 2016/INEP – Elaboração do ES em Ação

Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais

O Ensino Fundamental é a etapa mais longa de toda a educação básica e atende estudantes dos 6 aos 14 anos. Nesta período, os estudantes passam de crianças para adolescentes, o que faz com que essa fase da educação seja marcada por mudanças físicas, cognitivas, afetivas, sociais e emocionais⁷.

Um ensino fundamental bem ofertado pode ser um fator determinante para a continuidade desse jovem até o Ensino Médio⁷ e por isso também é uma Meta do PNE.

META2 DO PNE⁴

Até o último ano de vigência do PNE, toda a população de 6 a 14 anos deve ser matriculada no Ensino Fundamental de 9 anos, e pelo menos 95% dos alunos devem concluir essa etapa na idade recomendada.

⁸ Taxa de rendimento a quantidade de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola ao final de um ano letivo.

Fonte: [Indicadores Educacionais/INEP](#)

⁹ Alfabetização ou aprendizagem adequada é mensurada a partir do desempenho dos alunos na [Avaliação Nacional de Alfabetização \(ANA\)](#) realizada em 2016.

Taxa de Rendimento⁸

Das crianças que terminaram o 5º ano

76,2%

Possuem aprendizagem adequada¹⁰ em leitura

65,8%

Possuem aprendizagem adequada¹⁰ em Matemática

Das crianças que terminaram o 9º ano

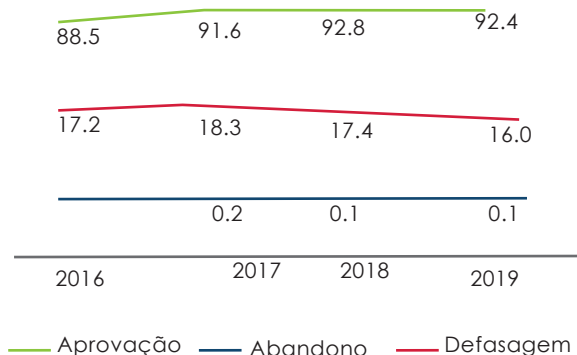
51,9%

Possuem aprendizagem adequada¹⁰ em leitura

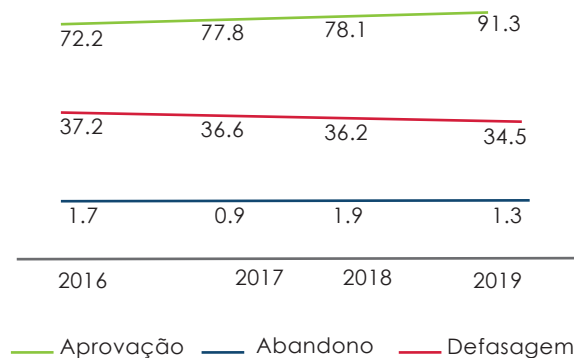
34,1%

Possuem aprendizagem adequada¹⁰ em Matemática

Rede Municipal - Anos Iniciais



Rede Municipal - Anos Finais

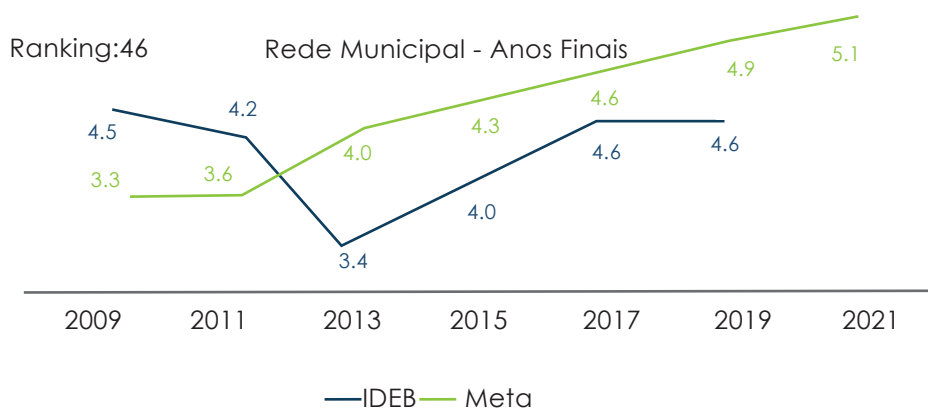
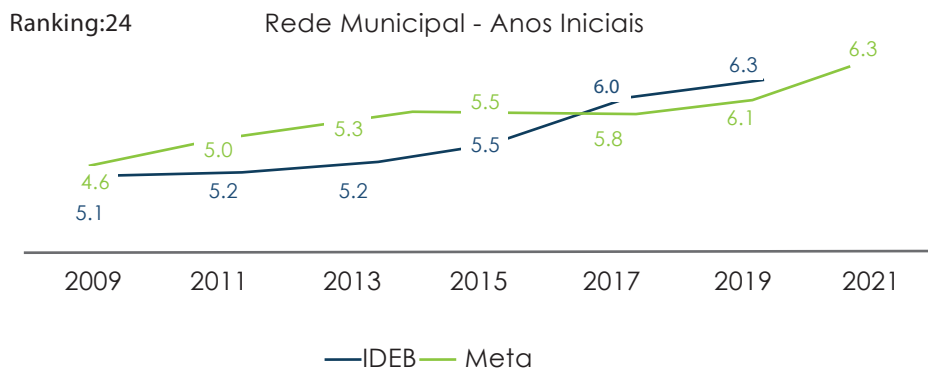


¹⁰ Aprendizagem adequada é mensurada a partir do desempenho dos alunos na Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) realizada a cada dois anos, sendo a última avaliação realizada em 2019.

Fonte: Taxa de Rendimento 2019 e Resultado SAEB 2019/INEP – Elaboração do ES em Ação

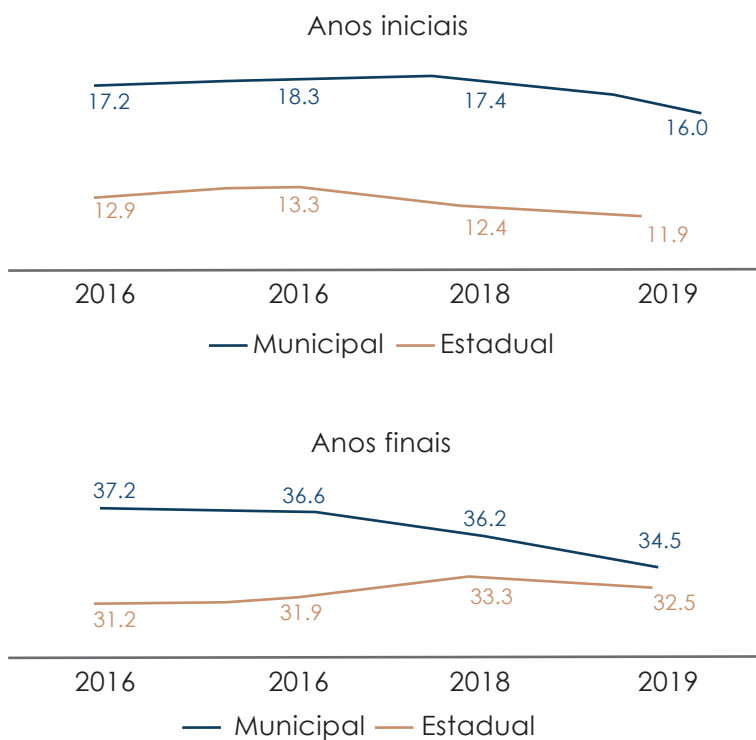


IDEB¹¹ – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA



Fonte: Série Histórica IDEB/Inep – Elaboração ES em Ação;

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE SÉRIE¹²



Fonte: Série Histórica Distorção Idade Séries/Inep – Elaboração ES em Ação;

¹¹ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é o indicador que mede a qualidade do ensino nas escolas do Brasil. É calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (SAEB) e no fluxo escolar (taxa de aprovação).

¹² A distorção idade-série é a proporção de alunos com 2 anos ou mais de atraso. O cálculo desse indicador é realizado a partir de dados coletados do Censo Escolar anual.

3. ANÁLISE

Com base nos indicadores da educação básica de Anchieta, foram levantados pontos de atenção importantes a serem trabalhados na próxima gestão.

O primeiro deles está relacionado à Educação Infantil. O atendimento na pré-escola não atendeu a meta do PNE e está abaixo da média nacional. É importante que sejam pensadas políticas públicas com foco na ampliação e melhoria da qualidade do ensino ofertado.

O segundo ponto a destacar é o nível de aprendizado observado no Ensino Fundamental. Embora seja possível observar uma evolução contínua no IDEB do município, o percentual de aprendizagem ainda é baixo. De cada 100 alunos que concluíram o 9º ano letivo em 2019, apenas 34 terminaram com aprendizagem adequada em Matemática. Além disso, na última avaliação, o município não atingiu as metas pactuadas para Anos Finais do Ensino Fundamental.

A taxa de distorção idade/série está acima da média estadual e representa um número alto de alunos que não estão conseguindo completar o Ensino Básico na idade adequada, aos 14 anos. Por fim, é importante desenvolver uma cultura de gestão com foco em resultados.¹³

¹³ No [#EducaçãoJá Municípios](#) é possível encontrar uma análise do Todos pela Educação sobre as prioridades para as próximas gestões municipais.

4. RECOMENDAÇÕES

ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Os municípios precisam ter uma política de alfabetização até o 2º ano. O Espírito Santo conta com o PAES – Pacto Pela Aprendizagem do Espírito Santo¹⁵ que é o regime de colaboração que prioriza e fortalece políticas municipais de alfabetização. É fundamental que a gestão municipal entenda e assuma compromissos com o PAES para garantir a melhoria da educação¹⁴. Assim, os municípios pactuados e engajados no programa recebem apoio para desenvolver uma política pública com resultados para a alfabetização na idade certa:

- 1 - Recursos Pedagógicos e bons materiais didáticos para a alfabetização;
- 2 - Formação continuada de professores;
- 3 - Formação aos gestores escolares;
- 4 - Reforço dos trabalhos pedagógicos para alunos com dificuldades e recuperação para os alunos em idade mais avançada;
- 5 - Monitoramento e Avaliação de Resultados;
- 6 - Busca pela melhoria constante das gestões escolares e municipal.

¹⁴ Esse documento do [Movimento Colabora](#) apresenta as vantagens dos regimes de colaboração;

[PAES](#)¹⁵ é uma iniciativa do Governo do Estado que busca fortalecer a aprendizagem na educação infantil até as séries finais do ensino fundamental, através da colaboração entre o estado e as redes municipais de ensino.

ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL

O Ensino em Tempo Integral é uma política efetiva para reduzir a evasão escolar e melhorar indicadores de aprendizagem no ensino fundamental. Está baseada em estrutura pedagógica de excelência e gestão com foco em resultado. Entre as principais vantagens do modelo tempo integral estão a formação integrada, formação interdimensional, currículo integrado, formação para a vida e gestão alinhada ao pedagógico¹⁷. Para a Implantação do modelo, é importante que a gestão tenha capacidade de planejamento e priorize regiões mais vulneráveis. Os fatores críticos de sucesso para implementar esse modelo:

- 1** - Vontade Política do Prefeito;
- 2** - Alinhamento e Liderança do Secretário de Educação;
- 3** - Parceria privada com corresponsabilidade¹⁶;
- 4** - Equipe da Secretaria exclusivamente dedicada ao programa e reportando-se diretamente ao secretário;
- 5** - Instituição dos marcos legais para a criação do programa e suas consequências;
- 6** - Governança para o acompanhamento do programa pelos parceiros.

¹⁶ *O Espírito Santo em Ação e o Instituto de*

¹⁷ *Corresponsabilidade pela Educação (ICE)* são parceiros estratégicos nessa iniciativa.

VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Quando pensamos em educação de qualidade, o professor é a figura mais importante do processo. A partir de propostas do Todos Pela Educação¹⁸, foram enumeradas sete recomendações para se pensar políticas públicas com foco nos Professores:

- 1** - Condições de trabalho e remuneração que promovam a atratividade da profissão, incluindo desafios profissionais constantes e condizentes com a experiência do professor;
- 2** - Processos de seleção e concursos públicos de professores com avaliações práticas e orientadas para as habilidades necessárias à docência; Período do estágio probatório com programas de indução e processos de avaliação efetivos;
- 3** - Implementação de sistemas de remuneração que reconheçam os bons professores e que os incentivem a se desenvolver, a permanecer em sala de aula e a lecionarem nas escolas com maiores dificuldades;
- 4** - Vínculo com a escola e volume de trabalho condizente com as expectativas de ensino;
- 5** - Fortalecimento dos programas de formação

¹⁸ Nesse documento do [Todos Pela Educação](#) é possível encontrar mais informações sobre esse tema.



PRIMEIRA INFÂNCIA

Ofertar uma educação infantil de qualidade passa por ter uma equipe de profissionais formados e especializados para atuarem na primeira infância, ofertar práticas pedagógicas estruturadas e lúdicas, além de ter espaços físicos e material adequado e implementar em seu município a Base nacional comum curricular (BNCC).

Assim, partir de propostas elaboradas pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal¹⁹, foram elencadas nove recomendações:

- 1** - Ampliar a oferta de creche para crianças de 0 a 3 anos;
- 2** - Implementar programas de visitação domiciliar;
- 3** - Priorizar a criança no orçamento municipal;
- 4** - Garantir pré-escola a todas as crianças de 4 e 5 anos;
- 5** - Garantir a qualidade da oferta da educao infantil;
- 6** - Fortalecer o programa Estratégia Saúde da Família (ESD) e garantir ateno às Gestantes e às Crianças;
- 7** - Implementar ou ampliar programas de atendimento em grupo para famílias vulneráveis; Integrar as políticas públicas de educao, saúde e assistência social voltadas às crianças de 0 a 6 anos;
- 8** - Elaborar e implementar o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI);

¹⁹ *A Fundao Marica Cecília Souto Vidigal atua desde 2007 apoiando e produzindo conteúdos sobre políticas públicas de Primeira Infância. Acesse o site para entender melhor o trabalho da instituio*

ESaçaõ